

## Ata da 61ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Sé

No dia 5 de dezembro de 2018, em atendimento à convocação feita no dia 01/12/2018 pelo Diário Oficial do Município, pág. 80, nas dependências do Auditório da Subprefeitura Sé, localizado nesta capital à Rua Álvares Penteado, nº 49 - 6º andar às dezenove horas, realizou-se a sexagésima reunião do Conselho Participativo Municipal da Sé. Os presentes registraram suas assinaturas na lista de presença que integra a presente ata. Presidiu a mesa e os trabalhos o coordenador, Sr. Fábio Luiz D'Urso G. Silva auxiliado pelo secretário geral, Sr. Marcello Moreira Martins.

O Coordenador iniciou a reunião informando que a mesma seria gravada, cumprimentou todos os munícipes, Conselheiras, Conselheiros e entidades da sociedade civil representadas.

Informou aos presentes que por conta de um erro de digitação, a Convocação para a presente Reunião Ordinária saiu no Diário Oficial com data de 4/12/2018, e que após verificar o equívoco, foram enviadas mensagens eletrônicas no grupo do WhatsApp corrigindo a informação.

Após a leitura da Pauta consultou os presentes sobre a possibilidade de adiamento da aprovação das Atas de setembro, outubro e novembro, em atendimento a uma solicitação recebida por telefone do conselheiro Alberto. Todos concordaram.

Ato contínuo o Coordenador consultou os presentes sobre a possibilidade de agendamento da primeira reunião de 2019, por conta das férias, no dia 23/01. A data foi unanimemente aprovada por todos.

Na sequência chamou o Sr. Arthur Monteiro, munícipe, ex-Conselheiro do CPM Sé e diretor do MDM – Movimento Desmonte Minhocão para fazer sua explanação sobre esse Movimento.

O Sr. Arthur cumprimentou a todos, agradeceu o convite e explicou sobre o Plano Diretor e as audiências que vêm ocorrendo na Câmara Municipal de SP sobre o tema do Elevado Presidente João Goulart.

O Plano de Diretor do Município de São Paulo, em relação ao Elevado Costa e Silva, coloca as opções: sobre ele fazer um parque ou desmontá-lo.

Afetados diretamente pelos graves problemas das poluições, de saúde, da segurança etc, associações de bairro, moradores e comerciantes que moram ao longo de seu trajeto reuniram-se no MDM - MOVIMENTO DESMONTE MINHOCÃO, de caráter ordeiro, pacífico, apolítico e sem fins lucrativos, para solicitar às autoridades o Desmonte do elevado e ao longo de seu traçado, construir avenida belamente arborizada, florida, iluminada, interligando o primoroso Parque da Água Branca ao futuro Parque Augusta.

Contou que o prefeito Fernando Haddad sancionou na última semana de julho de 2014 o novo Plano Diretor da cidade de São Paulo. Um dos artigos previa a desativação completa do então Elevado Costa e Silva, o famoso Minhocão. Com isso, foi retomada a antiga discussão sobre o que fazer com o monstro entregue por Paulo Maluf em 1971, no aniversário de 417 anos da capital. A hipótese mais provável, defendida por alguns modernos e abraçada com fervor por meia dúzia de vereadores, era a de transformá-lo em um parque suspenso. Mas seria mesmo que essa a melhor opção?

O Minhocão foi idealizado com o objetivo de desafogar o trânsito na região central. Especialistas, no entanto, consideram que a obra pouco contribuiu para essa finalidade, uma vez que na época em que foi entregue, a Marginal não havia nem sido concluída, e sua capacidade para carros é pequena. Além disso, é certo que ele desvalorizou não apenas os edifícios que o cercam, como toda a região, e tornou inóspitas as vias de baixo.

Os moradores dos prédios que cercam o elevado foram condenados a conviver com barulho e poluição em níveis insuportáveis. Tiveram seus imóveis incrivelmente desvalorizados e ainda assistiram a proliferação da prostituição, do tráfico e consumo de drogas além dos intermináveis assaltos. Se não bastasse, o térreo e o primeiro andar das edificações praticamente não recebem a luz do sol. Comerciantes e moradores também sofrem há 40 anos com a umidade e as goteiras provenientes do viaduto. Um cenário lúgubre que não tem perspectiva de mudança com a transformação do local em parque suspenso.

Caso se decida pelo parque suspenso, a vida embaixo do elevado continuará caótica. A vida acima da via também continuará causando dor de cabeça aos moradores. Afinal prevê-se, entre outras coisas, que o elevado seja palco de eventos como o festival do Baixo Centro e o carnaval – ou seja, os moradores não estarão livres do barulho.

A instalação do parque é uma ideia um pouco inspirada no *High Line*, jardim suspenso

implantado em uma antiga linha ferroviária em Nova York. O que não se fala por aqui é que o contexto da *High Line* é muito diferente. O espaço americano está localizado em uma área industrial, sem a proximidade com edifícios residenciais e serviu para vitalizar uma área afastada e abandonada. Em São Paulo, a linha localiza-se no coração da cidade, área de intensa circulação.

A demanda por um espaço de lazer é outro argumento de quem é contrário a demolição. Porém, a retirada da via não encerra essa possibilidade, uma vez que a praça Marechal Deodoro seria revitalizada, bem como o Parque Augusta poderia ser reformado – isso, sem considerar que o desaparecimento do elevado destravaria por completo a intransponível barreira de circulação entre a região central e bairros importantes como Vila Buarque, Santa Cecília, Pacaembu, Perdizes, entre outros.

Implodir o elevado Costa e Silva é uma maneira eficaz e, segundo especialistas, não muito cara, de devolver a vivacidade às pessoas que moram e circulam na região. Manter uma aberração daquelas em pé, com a fútil e marqueteira argumentação de criar um novo espaço de lazer, considerando mais o impacto que a iniciativa pode ter nos meios de comunicação, e menos os benefícios para a cidade, é uma medida egoísta e inapropriada. Só com o seu desaparecimento por completo, São Paulo se libertará do fantasma que assombra a região central há mais de 40 anos.

Reiterou que o MDM é um movimento técnico que defende a participação popular e o parque linear. Que a população tem direito de saber, para poder optar, que existem 3 opções: custo do desmonte, do custo do parque linear no chão e custo do parque suspenso.

Findo o tempo determinado pelo Estatuto o Coordenador Fábio agradeceu a presença de todos, desejou boas festas e encerrou a reunião.

Assinaram a lista de presença 10 Conselheiros: Aldo Ferreira de Assis (Distrito da Liberdade), Carlos Benedito M. Cabral (Distrito da Liberdade), Cleonice Capecci Crispim (Distrito do Cambuci), Cristiana Engelmann (Distrito da Consolação), Edinilza Martins de Souza ((Distrito República), Fábio Luiz D'Urso G. Silva (Bom Retiro), Francisco Cláudio do Nascimento (Distrito Bela Vista), Gabriel Rostey Gonçalves (Distrito Bela Vista), Marcello Moreira Martins (Distrito Liberdade) e Mario Gutierrez Sobrinho (Distrito do Cambuci).

Os seguintes conselheiros ausentes (5) enviaram justificativas: Akiko Akiyama (Distrito Liberdade), Alberto Milani Júnior (Distrito da Consolação), Bruna Oliveira Franzoi (Distrito Santa Cecília), Lindenalva da Silva Gonçalves (Distrito de Santa Cecília) e Moussa Diabate (Imigrante).

Os seguintes conselheiros (8) faltaram e não justificaram: Ivanetti de Araújo (Distrito da Sé), Ivanilda Rodrigues de Souza (Distrito da Sé), Janete de Fátima Andrade (Distrito da Sé), Janson Rocha do Nascimento (Distrito Cambuci), João Evangelista dos Santos (Distrito da Sé), Roberta Aika Haraguchi (Distrito da República), Thiago da Silva Pinheiro (Distrito Santa Cecília) e Virgínia Barros do Prado (Distrito Santa Cecília)

Municípios presentes: Arthur Monteiro, Railde Ordette, Pedro Luiz da Silva.

Interlocutor da Prefeitura: Ingrid Martins Belém

Redige esta ata,

Marcello Moreira Martins Secretário Geral